

## A NOVA GESTÃO PÚBLICA E OS LIMITES DO IDEB NA DEFINIÇÃO DE QUALIDADE DE DUAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE CÁCERES/MT

**Marilda de Oliveira Costa**

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/Brasil  
marilda.costa@pq.cnpq.br

**Heloisa Salles Gentil**

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/Brasil  
[logentil2@gmail.com](mailto:logentil2@gmail.com)

Este texto apresenta um recorte da pesquisa Análise do Sistema Integrado de Gestão da Aprendizagem (SIGA) da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso e suas Implicações para a Gestão e o desempenho escolar<sup>1</sup>, concluída em 2017. O objetivo é analisar o desempenho escolar de alunos do Ensino Fundamental I de duas escolas da rede pública estadual pertencentes ao polo de Cáceres, do Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação de Mato Grosso (CEFAPRO). Pretende-se problematizar o uso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) por constituir-se, atualmente, como parâmetro oficial para medir a qualidade da educação básica do país e ser indutor de políticas públicas de viés gerencialista/Nova Gestão Pública.

O contexto no qual emergiu a Nova Gestão Pública (NPM) é marcado por narrativas que apontam as reformas neoliberais como inevitáveis, configurando-se uma racionalidade política global (DARDOT e LAVAL, 2016), a partir dos anos 1980. Para Afonso (2009, p. 49), a partir desse período “o Estado vem adotando um *ethos* competitivo, *neodarwinista*, e admitindo a lógica de mercado, ao importar para o domínio público modelos de gestão privada, com ênfase nos resultados ou produtos dos sistemas educativos.” Subjaz a essa filosofia a crença de que as práticas, os métodos e os princípios utilizados na gestão do setor privado são superiores aos usados na administração do setor público (POLLITT; BOUCKAERT, 2011).

Essa tendência na educação básica mato-grossense tem seus antecedentes nos anos 1990, intensificando-se desde então em aparente tensão com a organização escolar em ciclos de formação humana e princípios da gestão democrática, instituídos no mesmo período (MATO GROSSO, 1998). Destaca-se a criação e implementação, a partir de 2010, do SIGA, cujas origens remontam a programas anteriormente implantados pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) em parcerias com o Instituto Ayrton Senna (AMARAL, 2014). Inspirado no Sistema Ayrton Senna de Informação (SIASI), o SIGA é um sistema eletrônico operado via *web* e objetiva

monitorar, gerenciar, acompanhar e intervir de forma que todos os envolvidos no processo possam atuar, rápida e eficientemente, para que as dificuldades sejam superadas e as ações propostas sejam avaliadas em seu potencial para solucionar problemas (MATO GROSSO, 2010, p. 3).

---

<sup>1</sup>Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

No viés da NPM o campo da Avaliação em Larga Escala consolidou-se no Brasil como indutor de Políticas Públicas, visando a melhoria da Proficiência de crianças e jovens em duas áreas e cujas primeiras iniciativas foram na década de 1990 e vêm se intensificando.

Nesta tendência, por meio do Decreto nº 6 094/2007, criou-se o IDEB, que tem sido um dos principais parâmetros do governo para medir a qualidade da Educação (INEP, 2018). Calcula-se este índice, que varia de zero a dez, a partir de uma fórmula com dados provenientes do fluxo escolar (taxas de aprovação obtidas no Censo Escolar) e resultados dos testes de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, da Prova Brasil. Composto por dados produzidos por diferentes metodologias de captação, o IDEB não pode ser confundido com uma mera nota, em seu cálculo estão contidas também metas a serem alcançadas progressivamente até 2021 (INEP, 2018).

De acordo com a lei 8.405/2005, os CEFAPROs/MT têm o objetivo de promover a formação continuada dos profissionais da educação da rede estadual de ensino, cujas escolas encontram-se localizadas em municípios organizados em 15 polos no Estado. O polo em foco conta com 57 escolas de ensino fundamental (I e II) distribuídas em 12 municípios.

Considerando o IDEB das escolas deste Polo na série histórica de 2009 a 2015, verifica-se que seis, dos sete municípios cujos dados estão disponíveis<sup>2</sup>, apesar de flutuações e diferentes trajetórias nos anos intermediários, chegam a 2015 com índice maior que em 2009. No município de Araputanga, por exemplo, o índice oscilou apenas de 5,8 em 2009 para 5,9 em 2015; em Cáceres, variou de 5 a 5,4 e em Curvelândia foi de 4,7 para 5,9. Questiona-se se a partir deste tipo de dados é possível afirmar que a melhoria da qualidade da educação nestas localidades se deve apenas à implantação do SIGA.

Tendo em vista que a Prova Brasil corresponde a um dos componentes do IDEB, neste artigo, toma-se como exemplo duas escolas do Polo de Cáceres, com diferentes desempenhos na proficiência da Prova Brasil, tendo como critério de seleção os dados aferidos por esta prova, sendo uma escola considerada “proficiente” e outra em “estado crítico”.

Com base na evolução dos níveis de proficiência do 5º ano nos exames de 2013 e 2015<sup>3</sup> observa-se que na Escola 1, nas duas disciplinas avaliadas (gráficos 1 e 2), o número de alunos nos níveis mais baixos diminuiu, zerando a porcentagem de estudantes no nível zero e aumentando consideravelmente nos níveis proficientes (níveis 5 e 6). A referida escola que teve IDEB de 4,4 em 2013 (abaixo da meta 5,1) ultrapassou a meta do INEP (5,4) em 2015 alcançando 5,9.

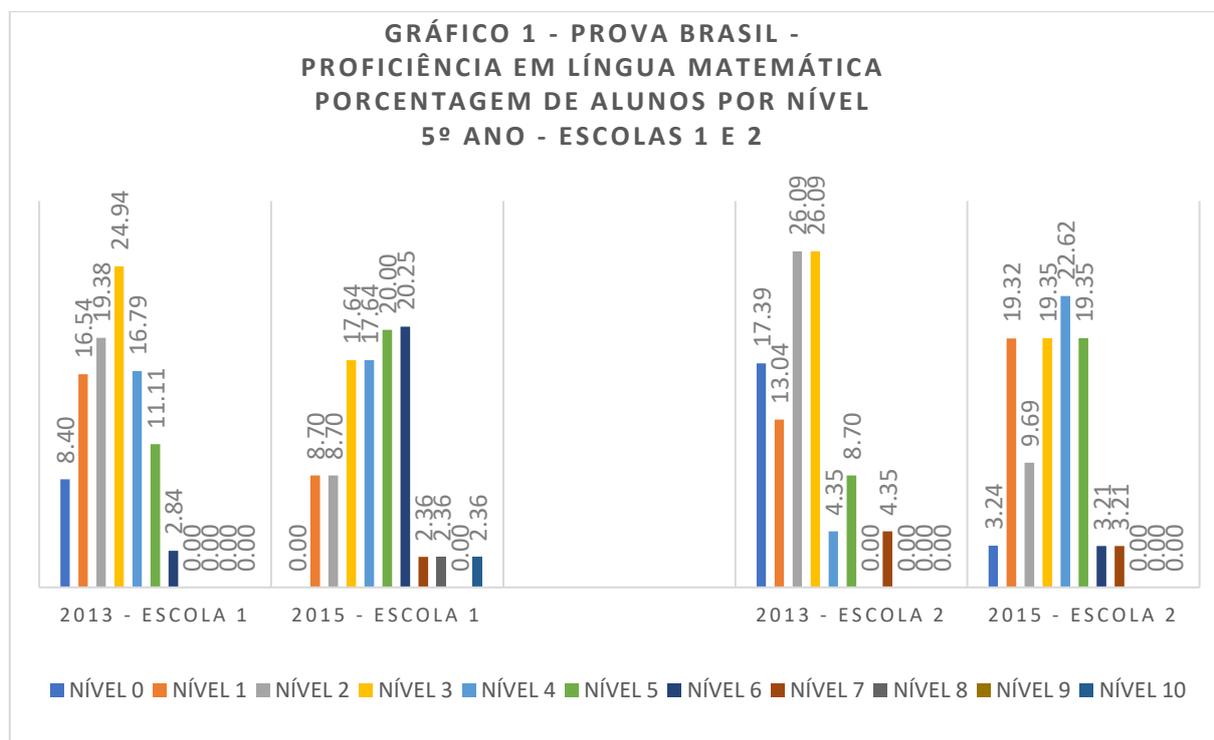
No caso da Escola 2, observa-se o crescimento da proficiência do 5º ano no mesmo período (gráficos 1 e 2) mais discreto que na Escola 1, mas a redução da quantidade de estudantes nos níveis mais baixos é considerável. O IDEB desta escola em 2013 foi de 4,1 (abaixo da meta 4,3) e deu um salto para

---

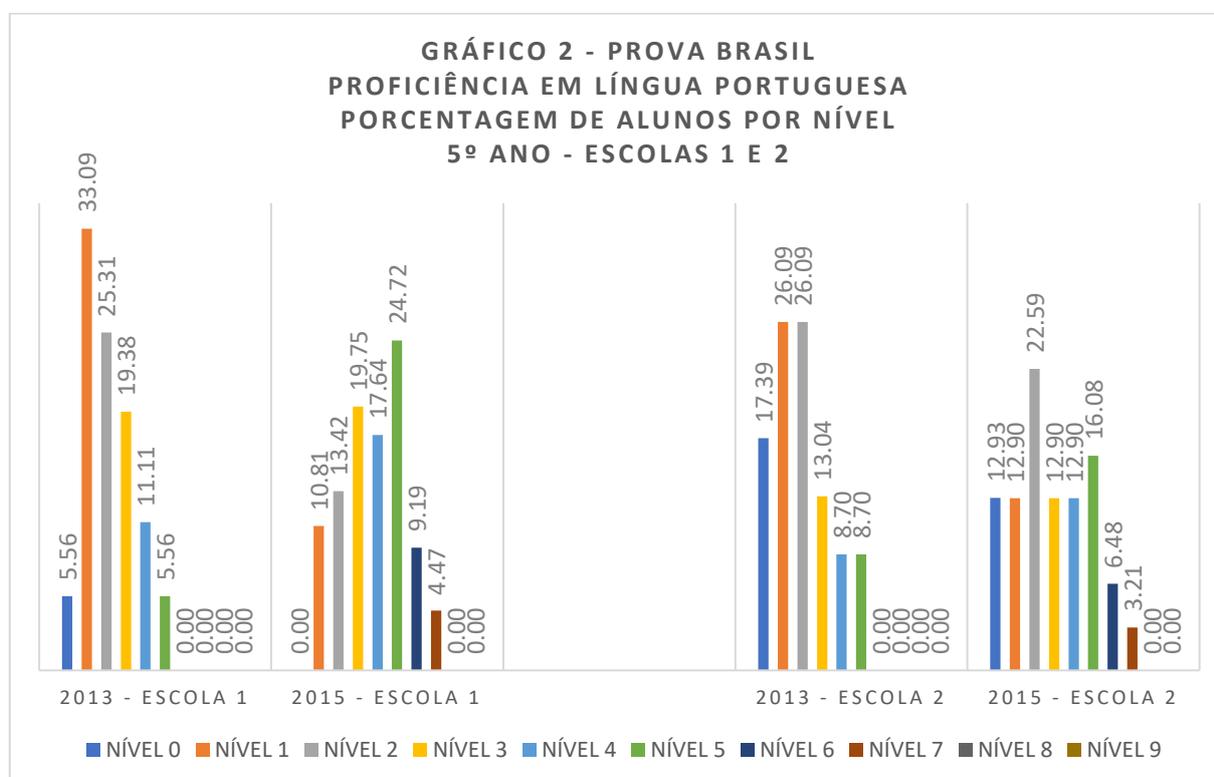
<sup>2</sup> Cinco municípios deste polo não aparecem nos dados do INEP porque não atendiam aos critérios para aplicação da Prova Brasil.

<sup>3</sup> Só foi possível comparar dados de 2013 e 2015 por estes terem os níveis de proficiência divulgados pelo INEP em uma mesma escala, dos anos anteriores estão em escalas distintas.

5,0 em 2015 (acima da meta 4,6), demonstrando que não apenas o desempenho dos alunos, que estaria sendo impactado pelo SIGA, é responsável pelo aumento do índice.



Fonte: INEP, 2018



Fonte: INEP, 2018

Ressalta-se que houve crescimento da proficiência nacionalmente no mesmo período e que durante os anos antecedentes a esta avaliação, diversos projetos de formação foram implantados pelo Ministério da Educação, por exemplo: PCNs em Ação, PROFA, GESTAR, PROINFANTIL, PROGESTÃO, além do Projeto “Sala do Educador”<sup>4</sup>, desenvolvido nas escolas de Mato Grosso sob orientação dos CEFAPROs.

Além disso, Mato Grosso adotou desde o ano de 2001 os ciclos como forma de organizar a escola e posteriormente a progressão automática de estudantes e um processo de enturmação por idade a partir de 2010. Essas ações impactam diretamente no fluxo dos alunos, outro elemento que compõe o IDEB, questão que não é possível abordar neste texto.

Esses projetos também têm influência na melhoria dos índices, mas não há como afirmar que o resultado dos testes de avaliação decorra especificamente deste ou daquele fator ou que tais resultados expressem a real situação da educação. Apoiados em Almeida, Dalben e Freitas (2013), não se descarta a importância da avaliação nos processos de melhoria da qualidade da educação, mas discute-se a necessidade de analisar fatores associados que podem influenciar os índices e que têm sido desconsiderados, entre os quais estão, por exemplo, o Nível Sócio Econômico – NSE dos estudantes e a limitação da aferição do desempenho por uma avaliação de apenas duas disciplinas e que não avalia duas vezes o mesmo estudante. Há que se identificar os limites do IDEB na definição de qualidade das escolas da rede pública estadual de Mato Grosso e aprofundar a discussão sobre qualidade.

### Referências

AFONSO, A. J. Avaliação Educacional: Regulação e emancipação - Para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ALMEIDA, L. C.; DALBEN, A. e FREITAS, L. C. de. O Ideb: limites e ilusões de uma política educacional. Educ. Soc. [online]. 2013, vol.34, n.125, pp.1153-1174. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302013000400008>.

AMARAL, M. C. E. Relações público-privado na Educação de Mato Grosso. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas- SP, 2014.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

INEP-MEC. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Disponível em: <[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)>. Acesso em: janeiro 2018.

---

<sup>4</sup> Atual PEFE – Projeto de Formação Docente na Escola.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado da Educação. Orientativo: Sistema Integrado de Gestão da Aprendizagem. Cuiabá, SEDUC, 2010; 2013; 2014; 2015.

MATO GROSSO, Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Educacionais. 1998.

POLLITT, C.; BOUCKAERT, G. Public Management Reform: a comparative analysis. 3 ed. Oxford: Oxford University Press, 2011.